

Consulta & Audiência Pública 08/2018

Análise das minutas de Pré- edital e de Contrato de Concessão aplicáveis à Oferta Permanente

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2018.

CONSULTA PÚBLICA ANP 08/2018

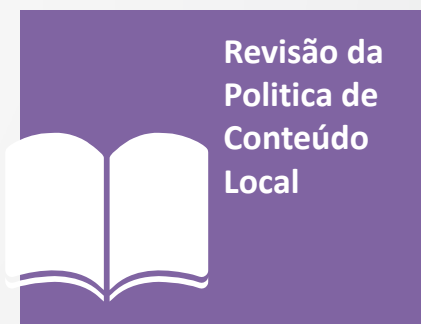
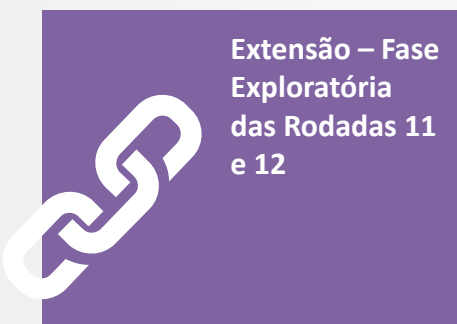
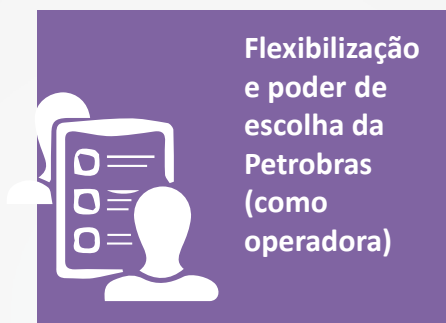
Objetivo das sugestões:

- **Contribuir** com a ANP, à luz das Melhores Práticas da Indústria do Petróleo;
- **Buscar esclarecimentos** e, na medida do possível, eliminar potenciais conflitos que podem impactar na percepção do risco;
- Preservar as condições de atratividade para novos investimentos, garantindo **benefícios mútuos** - ao País e aos agentes da indústria.

Situação – Oferta Permanente

Ambiente de aperfeiçoamento regulatório...

Aprendizado institucional e aprendizado dos entes regulados.





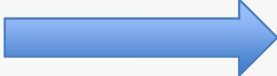
IBP: **Foco nas mudanças e nos pontos de maior risco**; tentativa de maximizar a atratividade.

Simplificação.

Comentários - Pré- edital

➤ Desclassificação dos Licitantes e execução da Garantia de Oferta – Cláusulas 1.5 (d), 4.4, 6.5 (h) e 11.1

- Declaração de interesse  Apresentada por setor
- Garantia de oferta  Apresentada por bloco

Licitante pode apresentar garantia em valor superior ao(s) bloco(s)  Estratégia de participação

A proposta do IBP visa a assegurar que ao apresentar oferta para pelo menos 01 bloco, o licitante tenha assegurada a **devolução das garantias excedentes, i.e.: aquelas **não vinculadas ao(s) bloco(s)** para os quais o licitante tenha apresentado oferta(s).**

A sugestão, caso assimilada, aumentará ainda mais a confidencialidade acerca do interesse e das potenciais escolhas do licitante, contribuindo para a competitividade da licitação.

Comentários - Pré- edital

- Penhor incidente sobre a totalidade da produção de um determinado Campo de Petróleo. (Anexo XXVI)
 - Medida considerada muito **restritiva**, na medida em que o **volume de produção de determinado Campo pode ser muito superior ao necessário** para garantir os compromissos mínimos de um contrato. Tal medida impossibilita que um concessionário utilize a produção de um Campo para garantir programas exploratórios mínimos de mais de um contrato.
 - Proposta do IBP: o contrato deveria estabelecer, de forma objetiva, que a garantia pudesse incidir sobre parcela do petróleo extraído de determinado campo, que seja equivalente ao valor atribuído como garantia do PEM.

Comentários – Minuta do Contrato

- Operações fora da área de Concessão – contabilização para fins de abatimento do PEM (Cláusulas: 5.6.2 “a” e 14.24)
- Há casos em que as **aquisições de dados extrapolam a área de concessão**, de modo a permitir a avaliação da área do campo. Nestes casos, solicita-se que tais atividades **sejam consideradas para fins de cumprimento do PEM**, em especial nos casos onde há potencial de individualização da produção e, por consequência, a **necessidade de investigação técnico-operacional** neste sentido – exemplo: aquisição de dados sísmicos fora de tal área.
- Aquisição originária do Petróleo e Gás Natural produzidos (Cláusula: 12.3)
- Ajustes necessários para deixar claro que a **disponibilização da produção acontece no Ponto de Medição**, uma vez que a aquisição originária ocorre com a descoberta.

Comentários – Minuta do Contrato

➤ Fornecimento de informações (Cláusula 17.1.1)

- Algumas informações e dados técnicos, como, por exemplo, os modelos de reservatórios, podem representar **diferenciais competitivos para cada empresa**, não sendo, necessariamente, informações divididas no âmbito do consórcio.
- Ocorre que o Operador se vê obrigado a dividir com os demais consorciados todas as informações submetidas à ANP, uma vez que estes são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do contrato de concessão.
- Os **modelos de reservatórios não são informações essenciais** para o exercício do poder fiscalizatório da Agência e consistem em informações proprietárias. É necessário **preservar a propriedade intelectual** de tais modelos e, conseqüentemente, as **vantagens competitivas** das empresas.

Comentários – Minuta do Contrato

- Declaração de Comercialidade condicionada à aprovação do Relatório de Avaliação de Descoberta ("RFAD"). Cláusulas: 1.2.38, 8.1 e 8.1.2.
 - Proposta IBP: O IBP propõe ajuste para **eliminar a obrigatoriedade** de execução e aprovação de plano de avaliação de descoberta, **antes de declarar a comercialidade**, já que esta é **prerrogativa do Concessionário** e decorre de percepções técnicas, financeiras e operacionais que podem variar de empresa para empresa.
 - **A apresentação** de uma ou mais Declarações de Comercialidade, **não eximirá os Consorciados** do cumprimento do Programa Exploratório Mínimo.
 - Pode-se alcançar **o convencimento técnico necessário antes da finalização** das atividades de avaliação, economizando recursos e tempo.

CONSULTA PÚBLICA ANP 08/2018

O IBP parabeniza a iniciativa da ANP, de manter um amplo debate com os agentes regulados e com a sociedade, contribuindo para o constante aprimoramento regulatório do setor.



INSTITUTO
BRASILEIRO DE
PETRÓLEO, GÁS E
BIOCOMBUSTÍVEIS

A casa
da nossa
indústria.